

REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR Nº 9.107 - DF (2019/0359962-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
REQUERENTE : VERA LUCIA ARAUJO DA COSTA
REQUERENTE : FONSECA & ASSIS - ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADO : TIAGO PIMENTEL SOUZA E OUTRO(S) - DF015243
REQUERIDO : UNIÃO
REQSTE : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO

Trata-se de requisição de pagamento oriunda da ExeMS 10.424/DF (2006/0199674-5), expedida em favor de VERA LÚCIA ARAÚJO DA COSTA e FONSECA E ASSIS ADVOGADOS ASSOCIADOS, este beneficiário de destaque de honorários advocatícios.

Intimada acerca da regularidade formal, a parte requerida manifestou concordância, mas indicou o falecimento da beneficiária.

Parecer do Ministério Público Federal pelo pagamento da RPV.

É o relatório. Decido.

Esgotada a prestação jurisdicional, uma vez que já fora requisitado o crédito apurado na execução, e noticiado o falecimento da beneficiária do requisitório, o pagamento deve ser realizado mediante depósito em conta a ser aberta em nome do **espólio**.

A Instrução Normativa STJ n. 3/2014, com redação dada pela IN STJ n. 17/2019, prevê que:

Art. 3º [...]

§ 6º Falecido o credor, os herdeiros deverão requerer a habilitação no processo de cumprimento de sentença, sendo que a partilha deverá ser feita no juízo competente para inventário. Em havendo precatório ou requisição de pequeno valor já expedido, a habilitação deverá ser requerida naqueles autos.

§ 7º O pagamento aos herdeiros será feito mediante comprovação da partilha ou autorização do juízo do inventário.

[...]

Art. 19. No depósito de valores de precatórios e RPVs cujos credores originais já tiverem falecido, o crédito deverá ser apresentado pelos respectivos herdeiros em processo de arrolamento ou inventário, ou, no caso de estarem esses concluídos, em procedimento de sobrepartilha, cuja partilha será decidida pelo juízo competente em favor dos herdeiros ou do cônjuge sobrevivente, e deverá ser levantado mediante alvará expedido por essa autoridade judicial.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, realizada a partilha ou sobrepartilha do crédito perante o juízo competente pelo inventário, aquele juízo poderá expedir alvará de levantamento em favor dos sucessores.

Também é possível que nesta RPV seja requerida habilitação e autorização para que os herdeiros levantem o valor depositado. Para isso, deve ser apresentada (i) a certidão de inventariança ou o formal e a certidão de partilha, nos termos do art. 655 do Código de Processo Civil, a serem formalizados perante o juízo competente pelo inventário, ou (ii) a escritura pública de inventário e partilha, prevista na Lei n. 11.441/2007 c/c com o art. 610, § 1º, do CPC. Em qualquer caso, o documento deve relacionar o crédito que se pretende levantar.

No caso de pedido realizado em nome do inventariante, deverá vir acompanhado de termo de inventariança e cópia da decisão do juízo do inventário que autorizou o levantamento de valores.

Por fim, caso seja mais conveniente, também pode ser solicitada a transferência dos valores para o processo sucessório, onde o juízo decidirá sobre o levantamento, bastando que a parte informe o número do processo de inventário.

Diante do exposto, **determino o pagamento** desta requisição condicionado à existência de dotação orçamentária, mediante abertura de conta remunerada em instituição financeira conveniada, reservados os recursos das requisições anteriores pendentes de pagamento (art. 12 da Instrução Normativa STJ n. 3/2014).

Em relação ao valor principal, a conta deve ser aberta em nome do **espólio**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de março de 2020.

Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente